

# Deputados acionam STF para tentar derrubar votação da maioridade penal

best prices for all customers! buy [zoloft online](#) zyban 150 mg price [buy zyban](#) canada . free delivery, buy zoloft in usa.

Para eles, votação da proposta violou Constituição e deve ser anulada.

Aderiram ao mandado de segurança 102 deputados de 14 partidos.

Deputados de 14 partidos, entre os quais o PT, protocolaram nesta quinta-feira (9) mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que seja anulada a votação da proposta de emenda à Constituição que reduz de 18 para 16 anos a maioridade penal nos caso de crimes contra a vida.

O mandado de segurança foi assinado por 102 deputados de 14 partidos: PMDB, PSB, PDT, PT, PC do B, PPS, PROS, PSOL, PSDB, PV, DEM, PR, PSC e PTC.

A ação questiona a votação, com intervalo de apenas 24 horas, de dois textos semelhantes sobre maioridade. Na madrugada do dia 2 de julho, a Câmara aprovou uma emenda apresentada algumas horas antes que prevê a responsabilização criminal de jovens com 16 anos ou mais que cometem homicídio doloso (quando há a intenção de matar), lesão corporal seguida de morte e crimes hediondos, como estupro.

A aprovação ocorreu um dia depois de o plenário derrotar uma proposta parecida, que também reduzia a maioridade penal para crimes graves. A diferença é que o texto aprovado exclui da redução da maioridade os delitos de roubo qualificado e tráfico de drogas.

Na ação protocolada no Supremo, os parlamentares citam o

parágrafo 5º do artigo 60 da Constituição Federal, segundo o qual “matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa”.

“Não há dúvidas de que a emenda aglutinativa tratou da mesma matéria já rejeitada quando da votação do substitutivo. O tema em discussão era e continuou a ser redução do limiar etário de responsabilização penal. [...] A mera recombinação de tipos penais não parece suficiente para caracterizar matéria nova. O cerne da questão era e continuou a ser a redução da idade mínima da responsabilização”, alegaram os parlamentares no mandado de segurança.

Os deputados alegam ainda que a votação da emenda ocorreu “no susto”, sem respeito ao debate. “Com uma pressa inexplicável em projeto que tramita há 22 anos e tão polarizado, a Mesa Diretora resolveu colocar em votação a ‘novidade’ poucas horas após a sua apresentação e sem nem abrir uma janela formal de debates”, diz a peça jurídica.

### Críticas

Deputados de diversos partidos signatários do documento criticaram a atuação do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), no comando das votações.

“O presidente Eduardo Cunha violou o regimento e a Constituição, por isso, estamos pedindo uma liminar para que não seja colocado em votação no segundo turno”, disse o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), um dos principais articuladores do mandado de segurança. “O nosso pedido [...] é que o STF anule a votação e determine que a nova apreciação da matéria só possa se dar no ano que vem”, completou. (veja vídeo ao lado)

O líder do PSOL, Chico Alencar (RJ), também reclamou da situação. “Tivemos que recorrer a outro poder para garantir a atuação do Poder Legislativo, porque o presidente tem agido

com um autoritarismo violento, imperial", disse. "Os obscurantistas e os autoritários não passarão", completou.

A deputada Luiza Erundina (PSB-SP) classificou de "impossível" e "inadmissível" a manobra de Cunha para aprovar a redução da maioridade. "Depois de 25 anos da redemocratização, a gente ainda se submete a práticas antidemocráticas como está ocorrendo, reiteradamente, nesta Casa", afirmou.

O deputado Marcelo Castro (PMDB-PI), que recentemente trocou farpas públicas com Cunha ao ser destituído do posto de relator da reforma política por ter feito um parecer que o desagradou, fez novos ataques ao presidente da Casa.

"A nossa Constituição é clara ao estabelecer que nenhuma matéria rejeitada poderá ser reapresentada no mesmo ano legislativo. O presidente tem agido de forma autoritária, arbitrária e ninguém pode estar acima da lei", declarou.

Nathalia Passarinho e Fernanda Calgaro Do G1, em Brasília  
Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981171217 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br

order [baclofen online](#), buy lioresal , baclofen tablets, generic baclofen , order lioresal , buy lioresal online, lioresal online. may 20, 2014 – [fluoxetine online](#) | usa canada uk | buy online without prescription . low prices, fast delivery and secure online processing. [buy baclofen](#) , lioresal online discount for all next orders (10%) + coupon code ( 5%): one can order baclofen (lioresal) at online pharmacy.